EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
O PAPEL DO PROFESSOR, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

MARIELLE DOS SANTOS SILVA

RESUMO

Educação inclusiva é tema constante de muitas discussões ao longo das últimas décadas. O modelo pedagógico tradicional foi considerado retrogrado e preconceituoso, separatista e criador de barreiras, uma vez que para educar separava indivíduos portadores de necessidades especiais de indivíduos considerados normais pelo senso comum. Além dessa separação, as salas de aula possuíam seleção de indivíduos de acordo com características como capacidade intelectual, condição socioeconômica, herança cultural, linguística, entre outras. Apender com as diferenças e proporcionar o acesso à educação de qualidade a toda e qualquer criança, independentemente de suas necessidades especiais ou não, é obrigação do Estado e direito do indivíduo. Porém esta é uma forma de educar muito mais complexa do que se imagina, pois é preciso pensar em educação como um todo, é preciso que todas as partes envolvidas funcionem bem e em conjunto. O presente artigo trata das modificações na educação brasileira ao longo dos anos, dos desafios de promover a inclusão nas escolas, do papel dos professores e do que se espera deles, e do quanto ainda falta pra que esse modelo de educação seja de fato eficiente em nosso país.

Palavras Chave: Educação inclusiva, professor, aluno, necessidades especiais, inclusão

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um conjunto de ações provenientes de diversas pessoas em diferentes esferas sociais para garantir que todo e qualquer indivíduo tenha acesso ao ensino de qualidade, específico e eficaz a despeito de qualquer deficiência ou dificuldade que apresentem em relação a aprendizagem. (GLAT et al, 2007)

A educação especial tradicional, tinha por característica ser um sistema educacional paralelo e segregado, voltado para o atendimento especializado de pessoas com algum tipo de deficiência e/ou déficit de aprendizagem, ou ainda distúrbios de comportamento e nível de habilidades.

A Educação Especial era pautada originalmente em um modelo clínico. Embora esta abordagem hoje em dia seja bastante criticada, é importante reconhecer que os médicos foram os primeiros a entender a necessidade de escolarização de indivíduos com deficiência que se encontravam misturados na população de hospitais psiquiátricos, sem que fosse levado em conta patologia ou idade, especialmente no caso da deficiência mental. A deficiência era entendida como uma doença crônica e todo o atendimento feito a pessoas especiais, mesmo quando envolvia educação, era considerado uma espécie de terapia. A avaliação e identificação eram baseadas em exames médicos e psicológicos com ênfase nos testes de inteligência, e rígida classificação (GLAT e FERNANDES, 2005).

Na maioria das escolas especiais ou classes especiais o que era oferecido era na verdade um conjunto de terapias medicinais de maneira individualizada: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional, entre outras.

A atividade acadêmica não ocupava mais do que uma pequena fração do horário dos alunos. A educação escolar não era considerada uma prioridade, a maioria não julgava sequer possível pessoas com deficiências cognitivas, múltiplas, ou distúrbios emocionais severos, ser capaz de prender ou absorver algum tipo de conhecimento acadêmico.

O trabalho educacional era voltado para a autonomia nas atividades de vida diária (AVD) e relegado a um interminável processo de 'prontidão para a alfabetização', sem maiores perspectivas, já que não havia expectativas de que esses indivíduos ingressassem na cultura letrada formal (GLAT e FERNANDES, 2005; GLAT e BLANCO, 2007).

Novas metodologias e técnicas de ensino vieram mostrar que era possível a aprendizagem e adaptação escolar desses indivíduos, impensáveis no âmbito da escolarização formal até aquele momento. "O deficiente pode aprender", tornou-se a palavra de ordem, resultando numa mudança de paradigma, predominante até então, para o modelo educacional. O foco agora não era mais na deficiência do sujeito em si, mas nas condições do meio em proporcionar recursos adequados que pudessem auxiliar no desenvolvimento e na aprendizagem (GLAT, 1995).

Inovações no âmbito educacional foram capazes de levar às pessoas com deficiências maiores condições de adaptação social, auxiliando com as dificuldades cotidianas.

Acompanhando a luta mundial contra a marginalização das minorias excluídas, começou a surgir, no Brasil os primeiros passos da filosofia da Normalização. Este pensamento era regido pelo princípio básico de que pessoas com deficiências têm o direito de usufruir a vida da maneira mais comum ou normal possível na sua comunidade, fa-

zendo parte das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer que os demais (GLAT, 1995; GLAT e FERNANDES, 2005).

Com o passar do tempo, as estratégias e práticas tradicionais da Educação Especial começaram a ser questionadas, gerando assim uma busca por alternativas pedagógicas melhores, pautadas em políticas públicas nacionais e internacionais.

Nesse contexto, a partir da década de 90, a educação inclusiva foi reconhecida como política educacional prioritária em muitos países e inclusive no Brasil.

É importante deixar claro que apesar de Educação Inclusiva ser o termo dominante no contexto de parâmetro educacional atual, o ingresso de alunos com necessidades especiais ou outros comprometimentos no cotidiano das escolas brasileiras tem ocorrido sob dois modelos educacionais: a Integração e Inclusão Escolar e por vezes, ao mesmo tempo.

No primeiro caso os alunos vindos do ensino especial, são matriculados em classes comuns, na medida em que demonstrem condições para acompanhar a turma, recebendo apoio especializado paralelo.

No segundo caso, esses alunos, são incluídos diretamente no ensino regular, cabendo à escola desenvolver mecanismos para atender às suas necessidades de aprendizagem no próprio contexto da classe comum, ainda que eles não tenham tido nenhum acompanhamento prévio ou qualquer tipo de desenvolvimento de suas dificuldades iniciais, independentemente do grau em que se apresentem. (GLAT et al, 2007)

A diretriz básica relacionada a esse modelo inclusivista, é a de que todos os alunos, independentemente de suas características socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, que devem se adaptar para atender as necessidades desses indivíduos no intuito de combater atitudes discriminatórias. (UNESCO, 1994)

Incluir é pensar em um centro educacional que permita o acesso e permanência de todos os alunos, e onde mecanismos de seleção e discriminação, anteriormente utilizados, deem lugar a procedimentos de identificação e remoção de barreiras para aprendizagem. (GLAT e BLANCO, 2007). Para que isso seja possível, a escola precisa formar professores e gestores capacitados para atender essa inúmera diversidade de perfis de alunos, bem como reavaliar e modificar estrutura, organização, projetos políticos pedagógicos, práticas referentes a avaliações e estratégias e métodos de ensino.

A escola inclusiva preocupa-se em responder não só as necessidades individuais de cada aluno, mas também do conjunto de alunos em uma sala de aula, comprometendo-se com a melhor aprendizagem possível para todos.

É preciso dizer ainda, que educação inclusiva não é a penas matricular um aluno especial, ou com algum tipo de dificuldade severa, em uma sala de aula comum e priorizar sua socialização, mas só é considerada efetiva se esse aluno apresentar desenvolvimento acadêmico, ainda que não da mesma forma que alunos que não possuam as mesmas dificuldades. (GLAT et al, 2007)

A inclusão escolar deve ser ancorada em 3 aspectos:

1)presença do aluno na escola, substituindo o isolamento familiar, pela socialização e aprendizagem em espaço público;

2) participação significativa em todas as atividades curriculares, não dependente apenas de estímulo proveniente de colegas e professores, mas das condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias;

3) construção de conhecimentos, meta primordial e objetivo a ser perseguido no processo de inclusão.(AINSCOW,2004)

Segundo A declaração de Salamanca, para que tal processo seja possível, é necessário que sejam identificadas as demandas apresentadas pelo aluno em ambiente escolar e dadas condições para que a aprendizagem venha a ser efetiva, pois isso é direito de toda criança. (UNESCO 1994)

A declaração segue de maneira ainda mais abrangente, se referindo não apenas a alunados com necessidades educacionais especiais (NEE), mas a outros grupos, visando uma política de justiça social, quando diz:

"[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras¨ (UNESCO,1994)

Sendo assim, terão de ser incluídos indivíduos especiais, sobredotados, em situação de rua ou que trabalhem, proveniente de população remota, ou nômade, de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Segundo garante a constituição brasileira em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988, p. 56)

Em resumo, se antigamente a ordem era separar grupos para educar, e isso acarretava inclusive em indivíduos considerados não aptos a terem sequer acesso à escola, nos últimos tempos podemos notar um processo massivamente contrário que obriga

escolas e universidades a se transformar, incluindo metodologias de ensino diferenciadas e capazes de atender a toda essa diversidade anteriormente mencionada

Como todo processo de adaptação, não aconteceu de uma hora para outra e apesar de graduais ao longo de décadas, muito ainda se resiste e discute a respeito dessa nova metodologia, não são todos os profissionais da educação que concordam com ela e conseguem, de fato trabalhar com toda essa heterogeneidade.

Mas quais foram as mudanças mais drásticas ao longo desses anos, e quanto ou como o educador teve que se adaptar? Quais os desafios enfrentados e qual o papel desse educador nesse novo sistema é o que se pretende essencialmente discutir no presente artigo.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.

A inclusão escolar foi e tem sido um enorme desafio para o sistema educacional brasileiro, especialmente no que tange a universalização da educação básica e ao desenvolvimento de uma educação unificada (SAVIANI,2011)

A partir de 1996, com a promulgação da Lei das Diretrizes Básicas da Educação (LDB), ocorre uma modificação no sistema educacional brasileiro em todos os seus níveis e também prevê mudanças no ensino especial. A LDB (1996) afirma em seu artigo 1º que:

"a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996).

Em síntese, é toda informação transmitida capaz de gerar um aprendizado a quem a recebe.

Nessa perspectiva, no Brasil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CEB n°. 2/2001 define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e afirma, no art. 2º, que:

"os Sistemas de Ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". (BRASIL,2001)

O decreto de nº3.956/2001, considera a educação especial, no contexto da diferenciação, exigindo uma nova interpretação dessa educação para realmente eliminar as barreiras que dificultam o acesso de todas as pessoas com deficiência, que têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais à escolarização.

Ainda em 2001, o Plano Nacional de Educação afirma que os avanços na educação deveriam produzir a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana e destaca a formação ineficiente dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não permitem a efetivação do sistema educacional inclusivo. (BRASIL,2007)

Em 2002, o Conselho Nacional de Educação obriga as instituições de ensino superior a ajustar seus currículos de maneira a tornarem-se mais inclusivas. Assim , a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) torna-se conteúdo curricular dos cursos superiores (LeiN°10.436/02,regulamentada pelo Decreto n°5.626/05) (BRASIL,2007). Em 2006, a Secretaria dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da

Justiça juntamente com a UNESCO elaboraram o "Plano Nacional de Educação em

Direitos Humanos ",que defende a inclusão de assuntos relacionados às deficiências no currículo da Educação Básica, além de reivindicar ações que incentivam o acesso dos alunos com deficiência ao ensino superior (BRASIL, 2007).Assim, é possível notar que tivemos avanços e conquistas significativas por meios legais que legitimaram o direito de pessoas com deficiências em âmbitos escolares.

Com a inclusão escolar de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, houve uma extensa necessidade, por parte da escola, de repensar os métodos de ensino; dessa maneira, a educação passa a direcionar seus trabalhos, preferindo formas de ensino de acordo com as singularidades de cada criança, uma vez que cada uma possui um processo de aprendizagem e um jeito de ser, dessa forma, as práticas deveriam variar de acordo com a demanda que a escola receber.(TEIXEIRA ,2003)

Mazzotta e Sousa em publicação do ano 2000, discutem a questão documental do tema inclusão, referindo-se à políticas educacionais brasileiras e preocupação dos governantes, pontuando que embora estes tiveram preocupações governamentais com a educação para todos, no que diz respeito ao que consta em documentos oficiais, tais preocupações, não têm sido acompanhadas de ações que as tornem realidade.

Então, para que o estado possa efetivamente cumprir suas responsabilidades de forma eficaz, faz-se necessário um olhar diferenciado e alinhado com as atuais políticas públicas que regem a educação inclusiva, assumindo para si a responsabilidade para com esse público, uma vez que:

sem dúvida, discutir-se a concretização do direito de todos a educação implica a consideração da multiplicidade de manifestações de exclusão, seja ela social, racial, de gênero ou das pessoas deficientes na sociedade e na escola. Ou seja, ao se assumir a perspectiva da inclusão, tem-se como suposto o reconhecimento da exclusão, "processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. E processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é falha do sistema (MAZZOTTA E SOUSA, 2000)

Diante de todo esse contexto, o profissional da educação precisa estar bempreparado para atender todos os aspectos desse modelo educacional. É importante que ele consiga aferir as dificuldades e limitações da sala de aula pra que seu trabalho venha a ser desenvolvido da melhor forma possível.

A seguir discutiremos um pouco mais a fundo sobre esse assunto.

PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA NO ENSINO INCLUSIVO E PRINCIPAIS DIFICULDADES E DESAFIOS ENCONTRADOS NA APLICAÇÃO DESSA METODOLOGIA.

A educação inclusiva é um processo contínuo e dinâmico, e todas as partes envolvidas nele possuem seu papel.

Como um dos pilares desse modelo educacional, mencionado anteriormente, é a importância da permanência do aluno na sala de aula, e a frequência dele nas aulas de extrema importância, é papel da equipe pedagógica usar de meios para conhecer esse aluno, entender suas dificuldades, e peculiaridades, e aplicar a ele especificamente o melhor método de aprendizagem. Este talvez seja um dos maiores desafios do professor, e de toda equipe pedagógica da escola. Como adaptar um tema, um assunto ou uma disciplina inteira para um grupo tão heterogêneo de pessoas?

Outra dificuldade encontrada pelos docentes é a infraestrutura escolar que por vezes é defasada demais para que se possa pensar em metodologias de ensino diferenciadas e adaptáveis e que possam servir como instrumento auxiliar nesse tipo de educação.

Quando falamos desse tópico, englobamos desde problemas estruturais que dificultam a acessibilidade de muitas pessoas (ausência de rampas e banheiros acessíveis, por exemplo), até falta de material didático adequado ou ainda preparo adequado do docente que será responsável direto pela sala de aula.

O certo seria haver profissionais especializados dentro do corpo docente (em educação especial, em psicologia, assistência social, entre outros) que fariam uma ponte entre o professor e o aluno e auxiliariam no processo de inclusão. Infelizmente não é uma realidade da educação brasileira, especialmente no que diz respeito à escola pública.

O professor, que já vem sobrecarregado com muitas turmas e por vezes escolas diferentes acaba sendo o único responsável e diretamente cobrado pelo sucesso do método de ensino inclusivo, no que diz respeito ao desenvolvimento satisfatório de tantos alunos com contextos e necessidades por vezes muito distintas entre si.

Mesmo diante de toda essa problemática o papel do professor é de extrema importância nesse contexto, uma vez que ele é a autoridade competente que direciona o processo pedagógico, interferindo, criando e possibilitando as condições necessárias para a apropriação do conhecimento, ainda que para isso ele precise de uma extensa preparação. (GAZIM et al, 2005)

O docente é quem media o aluno e o conhecimento, cabe a ele inserir em sala de aula situações em que todos os alunos possam interagir de maneira satisfatória, dentro da capacidade de cada um, incentivando interação social e desenvolvimento potencial humano afetivo de alunos especiais com alunos não-especiais, desses com poder aquisitivo maior ou menor, fazer com que se enxerguem como parte de um todo e não como pertencente a um segmento apenas.

Construir identidade social, permitir o contato com várias áreas do saber e fazer com que de algum modo todos os alunos absorvam um mínimo de conteúdo possível e desenvolvam suas próprias habilidades, quebrando barreiras que se impõem e superando o senso comum, talvez seja o maior dos desafios e reponsabilidades do professor, na educação inclusiva. Eles precisam pensar na educação como um todo

(FAMEN,2021)

É preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade não funciona sem a preparação do professor e do sistema educacional, sem a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; sem o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino ou sem o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe.

(FARFUS, 2008)

Um professor incentivado, capacitado, valorizado e reconhecido, tende a desempenhar seu papel nesse contexto com muito mais eficiência.

Esse tipo de educação não funciona

sem que alguns paradigmas sejam quebrados, especialmente no que diz respeito a ordem de prioridades em uma sociedade.

Como fazer a educação funcionar, ainda mais se tratando de um modelo tão ousado, se ela não for prioridade? Que sentido faz cobrar de um professor, um papel ao qual ele não tem aporte e nem suporte, onde as exigências são tantas e a preparação oferecida a ele é insatisfatória ou nenhuma?

Educação inclusiva não é um processo fácil, precisa de uma estrutura bem trabalhada e de suporte para que tanto alunos, escola e especialmente docentes possam usufruir da melhor maneira desse tipo de ensino.

Não se trata apenas de matricular os alunos com diferentes necessidades especiais em uma mesma escola ou sala de aula, é preciso dar suporte àqueles que vão recebê-los e trabalhar com eles. (FAMEN,2021)

Além de tudo que já foi aqui discutido, vale relembrar que atualmente o professor ainda enfrenta um desafio extra, desempenhar esse papel em aulas á distância, uma vez que por conta da Pandemia em decorrência da disseminação da COVID 19, essa foi a única alternativa possível para reduzir o déficit de aprendizado de todos os alunos da rede publica e particular do país.

As aulas à distância foram o meio emergencial encontrado para enfrentar esse período da história difícil que não só o país como o mundo atravessa. Embora não seja uma metodologia tão nova, era utilizada muito mais como ferramenta auxiliar no contexto educacional, e ainda assim não por toas as instituições de ensino e seus educadores.

Muitos educadores enfrentaram problemas por não conhecerem as ferramentas e não terem facilidade com elas. Mais um desafio e mais uma evidência da falta de preparação que deveria ser oferecida a esses docentes de maneira prioritária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um conjunto de ações, propostas e modificações interdisciplinares, que possui vários elementos e atores, unidos com um mesmo objetivo de transformar uma metodologia separatista outrora considerada eficiente, mas que tinha uma série de barreiras e preconceitos em sua essência, em um modelo educacional que atenda a todas as crianças com equidade e respeito, independentemente das dificuldades, necessidades especiais, classe, gênero, nível intelectual, proveniência social ou cultural, etc.

Não se trata simplesmente de matricular indivíduos com esse tipo de necessidade especial em uma sala de aula comum e fazer com que eles frequentem as aulas, é necessário que a metodologia empregada em sala de aula consiga alcançá-los e fazer com que absorvam conteúdos e evoluam ainda que cada um a sua própria maneira.

Outro pilar e objetivo dessa maneira de educar, é fazer com que o contato social em um ambiente público, seja benéfico a esses indivíduos, e permitam que eles desenvolvam questões relacionadas ao comportamento, a evolução intelectual no que diz respeito a interações com o ambiente escolar, ainda que contra o senso comum.

Para que a inclusão no âmbito escolar seja efetiva e transformadora, é necessário tanto que exista uma equipe pedagógica preparada e em constante evolução, como uma boa infraestrutura nas escolas, no que diz respeito a acessibilidade e recursos disponíveis a serem utilizados para trabalhar da melhor maneira possível com um grupo de alunos tão heterogêneo.

É Fato que o papel do professor é importantíssimo nesse contexto, ele é o mediador do saber e a ponte entre o conhecimento e esses alunos. Porém, sem políticas púbicas necessárias e efetivas e um suporte adequado, bem como preparo específico, valorização profissional e prioridade á educação por parte dos governantes, fica muito difícil fazer com que a inclusão funcione como deveria.

Se temos bons resultados em alguns casos, é por parte do esforço coletivo, de profissionais que apesar de desvalorizados amam a profissão e procuram atender a todos da melhor maneira possível.

É preciso incluir, sim, mas não é um processo fácil, é preciso de estrutura, de respaldo e do respeito que merecem tanto o educador, como o aluno, ainda mais quando as peculiaridades são tantas e tão diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M. O que significa inclusão? Disponível em:

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br. > Acesso em: 24 abr. 2021.

ALMEIDA,J e FRIEDRICH,D, O Papel do professor na educação inclusiva. Revista Faculdade FAMEN -REFFEN, v. 2, n. 1, 2021.

BRASIL.Lei das diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF.2007.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as

Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Diário Oficial da União, 2001

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília:

MEC/SEESP,2007.

FARFUS,D. Organização pedagógica dos espaços educativos. Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia Ead da FACINTER. Curitiba,2008.

GAZIM,E.et al.Tendências pedagógicas brasileiras :contribuições para o debate. Revista Chão da Escola, Curitiba, n.4,p. 41-52,out.2005

GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

Glat, Rosana, Pletsch, Márcia Denise, Souza Fontes, Rejane de Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Educação [online]. 2007, 32(2), 343-355[Consultado em 4 de Junho de

2021]. ISSN: 0101-9031. Disponível em:

https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117117241006

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011

TEIXEIRA, P. P.Psicólogo escolar –esse desconhecido;n. 02, Curitiba, jul., Revista Eletrônica de Psicologia; www.utp.br/psico.utp. online, 2003.

UNESCO.Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.